



1 ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Aos vinte e dois dias do mês de novembro de  
2 dois mil e dezesseis, às dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino Taques,  
3 445 – Centro. Realizou-se a vigésima segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de  
4 Saúde. **Presentes os conselheiros Titulares:** Everson Milleo, Diego Osmar Rodrigues,  
5 Elaine Cristina Antunes Rinaldi, Fábيا Cristine Rocha, Cláudia Cristina Saveli, Leandro Soares  
6 Machado, Paulo Saincler Heusi, Juliana de Jesus Maciel, José Timóteo Vasconcellos  
7 Sobrinho, Jefferson Leandro Gomes Palhão, Candido José Coesel, Sueli Terezinha Mensen,  
8 Leandro dos Santos Dias **Presentes Conselheiros Suplentes:** Eliane Scolimoski, Bruno  
9 Cavasotti Almeida, Felipe Simão Pontes e Ana Caetano Pinto. O Presidente Jefferson  
10 Leandro Gomes Palhão assume os trabalhos e procede a abertura da reunião,  
11 cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação da 21ª. Ata da**  
12 **reunião Ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões. 3. Informes Gerais: 4.**  
13 **Ordem do Dia. 4.1. Recomendação Administrativa nº 001/2016. (20 min.). 4.2.**  
14 **Apresentação do Projeto e Plano de Aplicação do ano de 2016/2017 do Grupo Renascer**  
15 **de Apoio aos Homossexuais (Grupo Renascer). (20 min.). 4.3. Apresentação do Plano**  
16 **de Trabalho para o ano de 2017 da Associação Reviver de Assistência ao Portador do**  
17 **Vírus HIV (REVIVER). (20 min.). 4.4. Apreciação do Plano de Trabalho do convênio da**  
18 **Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção/Comunidade Terapêutica Rosa Mística. (20**  
19 **min.). 1. Leitura e Aprovação da 21ª. Ata da reunião Ordinária.** O conselheiro Paulo  
20 Saincler Heusi faz ressalvas referentes à linha 19, para que seja colocado o nome da  
21 comissão “onde diz que a reunião de Comissão de Orçamento Programas e Projetos, na  
22 linha vinte consta o horário errado do término da reunião de comissão, alterar para as 17h:  
23 50min. A conselheira Cláudia Saveli faz ressalvas na linha 29 onde está o nome da  
24 conselheira Fábيا Cristine Rocha alterar para Ines Chuy Lopes. O conselheiro Jefferson  
25 Leandro Gomes Palhão faz ressalvas referentes à linha 56 e 57, onde no plano diz que serão  
26 cinco funcionários, e na ata são citados apenas quatro “dois psicólogos, uma pedagoga um  
27 médico e um funcionário de serviços gerais”. **2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões.** A  
28 relatora da Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos Cláudia Savelli fala que a  
29 reunião aconteceu no dia 17 de novembro, com início as 17h: 15min; com os conselheiros  
30 Everton Milleo, Diego Osmar Rodrigues, Claudia Cristina Saveli, Regina Rosa Pedroso Rosa  
31 e Elaine Cristina Antunes Rinaldi presentes. Com a pauta: **1.** Análise sobre o projeto de TCI  
32 com as alterações solicitadas. **2.** Análise do plano de aplicação da entidade PIA União das  
33 irmãs da Copiosa Redenção /Comunidade terapêutica. **3.** A Rede Feminina de Combate Ao  
34 Câncer promover esclarecimentos sobre a entidade. Pauta **1:** as proponentes do projeto TCI  
35 não encaminharam até o momento desta reunião as alterações solicitadas. Pauta **2:** a  
36 comissão aprovou o plano de aplicação sem ressalvas, e solicitamos a inclusão na pauta do  
37 dia 22 para aprovação do plano de aplicação, uma vez que o convênio está para ser  
38 encerrado. Pauta **3:** as representantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer nos  
39 esclareceram e deixaram um ofício orientador sobre o atendimento aos usuários da entidade,  
40 que será encaminhado para conhecimento da mesa diretora. Reunião encerrada as 18:  
41 h30min. **3. Informes Gerais:** O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão lembra aos  
42 conselheiros que no dia 18 de novembro foi marcada a 4ª Reunião Extraordinária do CMS,  
43 que, porém não aconteceu por falta de quórum. O conselheiro Paulo Saincler informa ter visto  
44 uma lei sendo aprovada pela câmara de vereadores, onde teria um representante da OAB  
45 junto aos conselhos municipais de saúde. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão  
46 esclarece que quem faz a lei para este Conselho Municipal de Saúde é a lei Federal não  
47 Municipal, por meio de conferência; esta lei municipal tem poder somente para aqueles  
48 conselhos que são apenas por organizações municipais. O presidente Jefferson Palhão  
49 informa também que no dia 17 de novembro foi feito um diário oficial extra nº 1925 que fala  
50 que da prorrogação de um contrato nº 600/2014 com a atual médica gestão de saúde. **4.**  
51 **Ordem do Dia. 4.1. Recomendação Administrativa nº 001/2016.** O presidente Jefferson



52 Palhão explica que o conselho recebeu do Ministério Público uma recomendação dirigida ao  
53 prefeito. Na recomendação diz que foi constatado que: “O Município de Ponta Grossa vem se  
54 utilizando do Instituto do Credenciamento viabilizando por inexigibilidade de licitação para  
55 complementação de aprovação direta do serviço de fisioterapia. Considerando que consta  
56 que há uma alta demanda pelo serviço de fisioterapia no município de Ponta Grossa, o qual é  
57 prestado diretamente por este no Hospital Municipal da Criança – João Vargas de Oliveira e  
58 no Serviço de Assistência Especializada – SAE, e indireta pelas clínicas de fisioterapia  
59 credenciadas; considerando que há terceirização de atividade fim do ente público, somente  
60 admitido quando demonstrada efetiva necessidade de complementação pela iniciativa privada  
61 e deve ser realizada de forma excepcional. O Ministério Público do Paraná recomenda então,  
62 administradamente ao Prefeito de Ponta Grossa que: 1. Realize consulta as entidades  
63 filantrópicas e as entidades sem fins lucrativos do município de Ponta Grossa sobre o  
64 interesse em prestar serviços de fisioterapia, devendo ter dado efetivo cumprimento a  
65 preferências prevista no Art. 199, § 4 da Constituição Federal. 2. Não havendo interesse  
66 destas entidades, ou sendo elas insuficientes para atender a demanda, mantém aberta a  
67 possibilidade de credenciamento às demais clínicas de fisioterapia que eventualmente se  
68 demonstrem interessadas após o prazo da publicação do edital. 3. Entendendo dessa forma o  
69 posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Tribunal de Contas da União, do  
70 Ministério da Saúde e da doutrina especializada conforme detalhada na consulta nº 035/2015  
71 do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio  
72 Público e a Ordem Tributária. Previamente a cada publicação de novo edital de  
73 credenciamento sejam realizados, e demonstrados pelo Município no âmbito de seu controle  
74 interno, e nos moldes das Constituições Legais e Infralegais de referências anualmente. A  
75 necessidade e o volume de serviço de saúde a ser prestado por Credenciados sempre ter em  
76 conta a excepcionalidade da terceirização. 4. Realize observadas as exigências legais  
77 previstas paralelamente aos respectivos concursos públicos para o preenchimento dos cargos  
78 públicos vagos de Fisioterapia, mantendo assim o quadro pessoal completo para a prestação  
79 direta deste serviço de saúde. No prazo de vinte dias deverá o Prefeito Municipal de Ponta  
80 Grossa informar para o Ministério Público, se acatará a presente recomendação. Sendo que a  
81 ausência de manifestação será tomada como não acatamento, sujeitando-se a adoção das  
82 providências necessárias por parte da Instituição.” O presidente Jefferson Palhão sugere que  
83 seja feita a recomendação 001/2016 recomendando que ele atenda a recomendação feita  
84 pelo Ministério Público. O conselheiro Paulo Saincler Heusi dá seu posicionamento a favor da  
85 recomendação, e dá os seus parabéns ao promotor. O conselheiro Felipe Simão Pontes  
86 sugere que fosse feita uma espécie de aproximação com o Ministério Público, para saber por  
87 que desta recomendação, qual seria a dimensão do problema. O presidente Jefferson Palhão  
88 fala que a proposta é de criar uma resolução com o posicionamento do Conselho, coloca a  
89 proposta em votação; e a mesma é aprovada por quinze votos favoráveis e dois contrários.

90 **4.2. Apresentação do Projeto e Plano de Aplicação do ano de 2016/2017 do Grupo**  
91 **Renascer de Apoio aos Homossexuais (Grupo Renascer).** O representante da entidade  
92 começa a sua apresentação, resumindo o que é o Grupo Renascer, fala que o presente  
93 projeto visa solicitar que seja firmado Convênio entre a Secretaria Municipal de  
94 Saúde/Programa Municipal DST/HIV/AIDS e o Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais;  
95 com o fim de dar continuidade nos serviços prestados pela instituição que existe desde 20 de  
96 setembro de 2000, objetivando proporcionar através das ações institucionais o acesso dos  
97 seus usuários à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a conquista de direitos  
98 contribuindo para diminuição do preconceito, violência e homofobia para população  
99 homossexual do Município de Ponta Grossa. O objetivo da Entidade é de Proporcionar  
100 através das ações institucionais a conquista de direitos incentivando a criação de políticas  
101 públicas, leis e ações que promovam o acesso aos direitos humanos e contribuir com a  
102 prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e seus efeitos através do trabalho com



103 pessoas que estão em situação de risco e vulnerabilidade social, independente de sexo,  
104 orientação sexual, identidade de gênero, idade, profissão, interessadas em defender a  
105 liberdade e o direito a livre orientação sexual e identidade de gênero no Município de Ponta  
106 Grossa. Os objetivos específicos do trabalho da entidade são: 1. Referendar a instituição  
107 como local de atendimento e encaminhamento para serviços jurídicos para a população LGBT  
108 em Ponta Grossa. 2. Promover ações que incentive a prática de direitos humanos e  
109 prevenção a Saúde. 2.1. Continuar com a realização do Fórum de Direitos Humanos e o  
110 Seminário da Diversidade Sexual. 2.2. A agente de ação Social e equipe técnica atende a  
111 população LGBT e trabalhadoras do sexo em situação de vulnerabilidade social. 3- Realizar  
112 reunião de Grupo. 4- Parceria com o Programa Municipal de Controle das DSTs/AIDS e  
113 Hepatites Virais. 5- Ações de prevenção e promoção da saúde. 6- Participar de Conselhos  
114 Municipais, Fóruns Estaduais, Capacitações, Movimentos Sociais. 3 – Participar do Conselho  
115 Municipal LGBT. A metodologia de Avaliação da Entidade: Os serviços prestados pela  
116 instituição se realizam através de ações dos profissionais contratados (assistente social,  
117 psicóloga, advogada, agente de ação social, auxiliar de serviços gerais), compondo a  
118 estrutura do trabalho proposto que é atender a população LGBT, pessoas em vulnerabilidade  
119 social (trabalhadoras do sexo) e a comunidade, objetivando garantir os direitos desta  
120 população. Para avaliar tais ações serão realizadas reuniões de diretoria com membros e  
121 funcionários, entrega de relatórios para o Conselho Municipal de Saúde, bem como também  
122 responder as perguntas e questionamentos quando houverem do Conselho de Saúde através  
123 de suas Comissões. A instituição avalia suas ações também através das reuniões de grupo  
124 com os usuários e nas abordagens de rua quando existem questionamentos dos usuários dos  
125 serviços prestados. Os indicadores utilizados para avaliação são os questionamentos dos  
126 usuários sobre o atendimento que permitem repensar as ações propostas e os meios  
127 trabalhados. Valor total do Projeto 44.000,00 teve um aumento de 10% em relação ao projeto  
128 passado, para reajuste de salário e encargos. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão  
129 encaminha o projeto para a comissão de Orçamentos, Programas e Projetos. **4.3.**  
130 **Apresentação do Plano de Trabalho para o ano de 2017 da Associação Reviver de**  
131 **Assistência ao Portador do Vírus HIV (REVIVER).** A senhora Simone, assistente social faz  
132 a apresentação do plano, fala que a proposta é dar continuidade as ações da associação, na  
133 prevenção das doenças, com uma atividade dos usuários do serviço com artesanato etc. O  
134 valor total do projeto de plano de aplicação da entidade é de R\$ 45.442,00. O conselheiro  
135 Diego Osmar Rodrigues parabeniza o trabalho das entidades, e fala da importância de manter  
136 esses convênios com as entidades que desenvolvem trabalhos exemplares, e  
137 importantíssimos para a população. O presidente Jefferson Palhão coloca em votação a  
138 prorrogação do tempo da reunião. Prorrogação aprovada pelos presentes. **4.4. Apreciação**  
139 **do Plano de Trabalho do convênio da Pia União das Irmãs da Copiosa**  
140 **Redenção/Comunidade Terapêutica Rosa Mística.** O presidente Jefferson Leandro Gomes  
141 Palhão fala que o plano de trabalho já passou pela avaliação da comissão de Orçamentos,  
142 Programas e Projetos e foi encaminhada ao pleno com parecer favorável a aprovação. Coloca  
143 o plano em votação e o mesmo é aprovado por dezesseis votos favoráveis e uma abstenção.  
144 Sem mais assuntos a tratar o presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão encerra a reunião  
145 às 20h: 01min.